

Occursus
Revista de Filosofia

**DOBRAR O SUJEITO: A DESPERSONALIZAÇÃO DA SUBJETIVIDADE
ATRAVÉS DO PENSAMENTO DO FORA**

Ramon Taniguchi Piretti Brandão¹

Resumo: o presente artigo problematiza o conceito de *fora* na filosofia de Michel Foucault, associando-o a alguns aspectos convergentes com o pensamento de Gilles Deleuze e Maurice Blanchot. A dimensão do *saber*, do *poder* e da *subjetivação* serão centrais na reflexão que se segue e pretendemos, a partir delas, demonstrar de que maneira o conceito de *fora* é fundamental no interior do pensamento de tais autores.

Palavras-chave: Saber. Poder. Subjetivação. Foucault. Deleuze.

**FOLDING THE SUBJECT: THE DESPERSONALIZATION OF
SUBJECTIVITY THROUGH THE THOUGHT OF THE OUTSIDE**

Abstract: This article discusses the concept of *outside* in Michel Foucault's philosophy, associating it with some aspects converged with the thought of Gilles Deleuze and Maurice Blanchot. The dimension of *knowledge*, *power* and *subjectivity* will be central in the following reflection and we intend, from them, demonstrate how the concept of *outside* is fundamental within the thinking of authors.

Key-words: Knowledge. Power. Subjectivation. Foucault. Deleuze.

Introdução

É sabido que Deleuze, Foucault e Blanchot mantém certo diálogo entre suas obras. Os três pensadores tinham muitas ideias em comum e certamente queriam abalar o cenário da filosofia e da crítica literária do século XX. Por isso um mesmo conceito – *o fora* – é pensado e problematizado por todos os três autores. Em Blanchot, o fora está relacionado a uma discussão em torno da realidade no espaço literário. Foucault, além de dar continuidade a essa discussão num ensaio intitulado “O pensamento do fora”, busca na obra de Blanchot a noção, trazendo-a para seu contexto – a filosofia. Ali, Foucault liga a noção de fora à despersonalização do sujeito. Deleuze, por sua vez, faz uma extensa leitura do conceito no interior da obra de Foucault, mostrando como o fora

¹Graduado e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo e doutorando em Ética e Filosofia Política pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: ramonbrandao41@hotmail.com.

Dobrar o sujeito: a despersonalização da subjetividade através do pensamento do fora

é o espaço do encontro das forças e apontando, por fim, para aquilo que parece central em seu pensamento: a noção de *plano de imanência*.

Deleuze enxerga em Foucault três dimensões fundamentais: a primeira delas é aquele que diz respeito ao *Saber*. A segunda, aquela que diz respeito ao *Poder* e, finalmente, a *Subjetivação*. A cada uma delas corresponde, respectivamente, as seguintes questões: “que podemos saber, ou o que podemos ver e dizer em tais condições de luz e visibilidade?”; “que formas de poder é preciso enfrentar e quais são nossas possibilidades de resistência em cada época?” e “quais são os nossos modos de existência, nossos processos de subjetivação?”

O Saber

Segundo Deleuze, definir o plano do *saber* é uma preocupação dos primeiros trabalhos de Foucault. É sobretudo em sua primeira pesquisa arqueológica que o saber aparece como centro de suas questões. Livros como *História da loucura* (1978), *As palavras e as coisas* (1995), *O nascimento da clínica* (1977), *Vigiar e punir* (1983), entre outros, revelam a preocupação em delinear “a partir de que foram possíveis conhecimentos e teorias; segundo qual espaço de ordem se constituiu o saber; na base de qual *a priori* histórico puderam aparecer ideias, constituir-se ciências, refletir-se experiências em filosofias”. (FOUCAULT, 1995, p.11).

No plano do *saber*, tudo surge segundo um regime de luminosidade observável (o “visível”) e sob as formas de enunciados (o “dizível”). O que constitui o saber são as combinações do visível e do enunciável próprias a cada estrato e a cada formação histórica. Cada estrato se constitui em torno daquilo que tanto pode ver quanto pode dizer numa determinada época. Sendo considerados camadas sedimentares, os estratos são sempre históricos. Vale ressaltar que o visível e o enunciável, o ver e o falar, as coisas e as palavras constituem *formas*. O saber é, pois, um plano formal. Cada estrato é composto por uma combinação dessas formas e, de um estrato a outro, há variação dessas combinações. O saber constitui então um agenciamento prático, um dispositivo de enunciados e de visibilidades, e a função do arqueólogo é definir o que se pode ver e o que se pode dizer numa determinada época histórica, ou seja, definir os estratos próprios de cada época, assim como suas alterações e os momentos de mudança dos regimes.

No entanto, definir os enunciados e as visibilidades não é uma tarefa tão óbvia quanto se pode parecer, visto que nem os enunciados são claramente legíveis nas palavras, nem as visibilidades claramente visíveis nas coisas. É preciso rachar as palavras e as coisas para delas extrair, respectivamente, os enunciados e as visibilidades. Essa tarefa, podemos afirmar, cabe ao arqueólogo.

Entretanto, se essas duas formas de saber não se encontram evidentes, é certo que, também, não se encontram ocultas. Cada época diz tudo o que pode dizer em função de suas condições de enunciado, assim como vê e faz ver tudo o que pode em função de seus campos de visibilidade. Tudo (e eis aqui a máxima da arqueologia de Foucault) é sempre dito e visto em cada época histórica. Nunca existe segredo, embora nada seja claramente visível, nem diretamente legível. O saber constitui, portanto, os limites do que pode ser visto e do que pode ser dito em cada época.

É preciso ressaltar que o que é dito nunca é dito por alguém, assim como não há aquele que vê. O visível não é a maneira de ver de um sujeito, mas um “vê-se”, um neutro, que constitui o “ser-luz”. Segundo Deleuze, “as visibilidades não são nem os atos de um sujeito vidente nem os dados de um sentido visual”. (DELEUZE, 1991, p.67). O mesmo ocorre com os enunciados: neles, não há um sujeito da enunciação, mas, antes, um “diz-se”. De acordo com Deleuze, ali – na enunciação –

Estão os modos de uma ‘não pessoa’, de um ‘ELE’ ou de um ‘SE’, ‘Ele diz’, ‘Diz-se’ (...). Foucault junta-se a Blanchot, que denuncia toda ‘personologia’ linguística e situa os lugares do sujeito na espessura de um murmúrio anonimato. (DELEUZE, 1991, p.19).

O enunciado é composto, pois, por um “ser-linguagem”, uma vez que não é o resultado da fala de um sujeito. Essa afirmação constitui um dos cruzamentos entre Foucault e Blanchot. Ora, a linguagem literária, para Blanchot, é uma linguagem neutra, que não é falada por ninguém, senão por uma terceira pessoa, um outro de si mesmo que não é nunca uma pessoa. Tanto em Foucault quanto em Blanchot, o “diz-se” e o “vê-se” ganham uma dimensão ontológica, e é exatamente por isso que Foucault os denomina, respectivamente, “ser-linguagem” e “ser-luz”. Em ambos, não há a interioridade de uma consciência ou de um sujeito. O ser-luz e o ser-linguagem são duas formas de exterioridade, embora não constituam o fora, justamente por ainda serem formas.

Para ilustrar sua tese, Deleuze apresenta alguns exemplos do próprio Foucault. Em *Vigiar e punir*, o direito penal aparece como definidor de um campo de legibilidade – os enunciados da delinquência – enquanto a prisão define um local de visibilidade – o

Occursus

Revista de Filosofia

panoptismo. Na *História da loucura*, Foucault mostra como na idade clássica o asilo era um lugar de visibilidade da loucura, ao passo que a medicina formulava enunciados sobre ela. Entretanto, é preciso ressaltar que essas duas formas que compõe o saber, apesar de se relacionarem, não dependem diretamente uma da outra. A prisão como visibilidade do crime não deriva do direito penal como forma de expressão, pois ela vem de uma perspectiva disciplinar, e não jurídica, da mesma maneira que o direito penal produz enunciados de delinquência independentemente da prisão.

Se o saber é constituído por arquivos audiovisuais, ou seja, por uma combinação do ver e do falar, é preciso ressaltar, porém, que um ponto fundamental na arqueologia foucaultiana é que as duas formas do saber nunca se confundem. Os enunciados jamais nos fazem ver alguma coisa, assim como as visibilidades jamais tornam algo legível. Segundo Deleuze, “os locais de visibilidade não terão jamais o mesmo ritmo, a mesma história, a mesma forma que os campos de enunciado”. (DELEUZE, 1991, p.60). Em *As palavras e as coisas*, Foucault afirma que

Por mais que se diga o que se vê, o que se vê não se aloja jamais no que se diz, e por mais que se faça ver o que se está dizendo por imagens, metáforas, comparações, o lugar onde estas resplandecem não é aquele que os olhos descortinam, mas aqueles que as sucessões da sintaxe definem. (FOUCAULT, 1995, p.25).

Mais adiante, reafirma sua tese:

No século XVII, a profunda interdependência da linguagem e do mundo se acha desfeita. Desaparece então essa camada uniforme onde se entrecruzavam indefinidamente o visto e o lido, o visível e o enunciável. As coisas e as palavras vão separar-se. O olho será destinado a ver e somente a ver; o ouvido somente a ouvir. O discurso terá realmente por tarefa dizer o que é, mas não será nada mais que o que ele diz. (FOUCAULT, 1995, p.59).

Dessa forma, podemos nos lembrar da ironia por trás do título do livro *As palavras e as coisas*, de Foucault. Afinal, palavras e coisas nunca coincidem.

“Isto não é um cachimbo” (1988) é outro texto em que Foucault sustenta a ideia de que o enunciado nunca conterá o visível, tal como o visível nunca conterá o enunciado. Esse texto demonstra como, a partir de uma das obras do pintor Magritte, há uma dissociação contínua entre figura e texto. Ao mesmo tempo em que é inevitável relacionar o texto com o desenho, é impossível definir uma relação associativa entre ambos. Para esclarecer o que se passa nos quadros do pintor em questão, Foucault recorre ao caligrama. Dentre outras coisas, esse caligrama “pretende apagar ludicamente

Dobrar o sujeito: a despersonalização da subjetividade através do
pensamento do fora

as mais velhas oposições de nossa civilização alfabética: mostrar e nomear; figurar e dizer; reproduzir e articular; imitar e significar; olhar e ler”. (FOUCAULT, 1988, p.23).

Enquanto a pintura clássica era extremamente narrativa, pois o que ela queria era falar, a pintura contemporânea de Magritte revela que o signo verbal e a representação visual jamais são dados de uma só vez. Segundo Foucault, “Magritte redistribui no espaço o texto e a imagem; cada um retoma seu lugar”. (FOUCAULT, 1988, p.27). Pintar não é afirmar; ver não é falar, eis o que revela a pintura de Magritte. Essa dissociação entre o ver e o falar termina por perturbar o modelo da representação e da semelhança: afinal, o que representa o que, quando as palavras não dizem as coisas?

A ideia de que enunciado e visibilidade não coincidem constitui, segundo Deleuze, outro encontro entre Foucault e Blanchot. Em *L'Entretien Infini* (1969), há um texto intitulado “Falar não é ver” que aborda a questão. Enunciado e visível têm suas próprias leis e autonomias. Há entre eles, portanto, uma *não-relação*. Eis o que nos fala Blanchot a esse respeito:

– [...] Falar não é ver. Falar libera o pensamento dessa exigência ótica que, na tradição ocidental, submete há milênios nossa aproximação com as coisas e nos convida a pensar com a garantia da luz ou sob a ameaça da ausência de luz. (BLANCHOT, 1969, p.38).

– [...] Ver é talvez se esquecer de falar, e falar é arrancar do fundo da palavra o esquecimento que é o inesgotável. (BLANCHOT, 1969, p.40).

– [...] Tento, sem conseguir, dizer que há uma palavra em que as coisas não se escondem, não se mostrando. (BLANCHOT, 1969, p.41).

Se entre visível e enunciável não há coincidência, há, no entanto, uma *não-relação* que constitui uma relação que pode ser até mesmo mais profunda, uma relação de “terceiro tipo”, como afirma Blanchot. Falando da relação com o neutro, com o Outro desconhecido, Blanchot afirma se tratar de uma relação não unitária que escapa à questão do todo, da síntese, deixando-nos diante da questão mais profunda, da questão do neutro. A relação do terceiro tipo é uma relação sem unidade, sem igualdade, em que prevalece a diferença. Em outras palavras, não é uma relação associativa, dialética, em que a combinação de dois elementos resulta numa síntese. Por isso mesmo, é uma relação mais profunda, pois entre eles não há junção, mas encontros, alianças, afetos. A esse respeito, diz Deleuze:

Entre os dois, alianças se fazem e desfazem, assim como cruzamentos, sobre determinado estrato e em determinado limiar. Como explicar que, para Foucault, como para Blanchot, a *não-relação* seja ainda uma

relação, e até mesmo uma relação mais profunda?. (DELEUZE, 1990, p.71-72).

Se Deleuze busca em Foucault diversos exemplos que ilustram a sua afirmação, é, no entanto, no cinema contemporâneo que ele vai buscar exemplos mais contundentes da disjunção entre ver e falar. Vale lembrar que o livro sobre Foucault foi lançado apenas um ano depois de *Imagem-Tempo* (1990), o segundo volume de seus livros sobre cinema. No livro, Deleuze mostra como no cinema contemporâneo o som e a imagem se encontram dissociados, constituindo uma relação em uma não relação.

Se é verdade que o cinema moderno implica a ruína do esquema sensório-motor, o ato de fala já não se insere no encadeamento das ações e reações, e também não revela uma trama de interações. Ele se concentra sobre si mesmo, não é mais dependência ou pertencimento da imagem visual, torna-se uma imagem integralmente sonora, ganha autonomia cinematográfica, e o cinema torna-se realmente audiovisual. (DELEUZE, 1990, p.288).

O que constitui a imagem audiovisual é uma disjunção, uma dissociação do visual e do sonoro, ambos heurísticos, mas ao mesmo tempo uma relação incomensurável ou um “irracional” que liga um ao outro, sem formarem um todo, sem se proporem ao menor todo.

Um bom exemplo do que afirma Deleuze é o filme *India Song*, de Marguerite Duras. Nele, é como se houvesse dois filmes, o da imagem e o das vozes, sendo o vazio entre os dois a única ligação entre ambos. Há um momento no filme em que

As vozes evocam ou fazem surgir um antigo baile que nunca será mostrado, enquanto a imagem visual mostra outro baile, mudo, sem que nenhum *flashback* possa operar uma junção visível, sem que nenhuma voz *off* opere qualquer junção sonora. (DELEUZE, 1998, p.74).

Deleuze afirma que Foucault “está singularmente próximo do cinema contemporâneo” (DELEUZE, 1998, p.74) exatamente porque demonstra que entre as duas formas do saber não há junção. Em um primeiro momento, se nos ativermos apenas às coisas e às palavras, poderemos acreditar que vemos o que falamos e que falamos o que vemos. No entanto, se operarmos um movimento arqueológico, ou seja, se racharmos as palavras e as coisas, descobrindo os enunciados e as visibilidades, veremos que “há um visível que tudo o que pode é ser visto, um enunciável que tudo o que pode é ser falado”. (DELEUZE, 1998, p.74). Não há isomorfismo entre ver e falar, mas as duas formas se insinuam uma na outra. No plano do saber, falamos e vemos *ao mesmo tempo*, embora não se fale o que se vê e não se veja o que se fala.

Occursus Revista de Filosofia

O Poder

Segundo Deleuze, é em *Vigiar e punir* que começa a transição do Foucault arquivista para o Foucault genealogista. É nesse livro que ele passa do saber para o poder.

Primeiramente, deve-se tomar cuidado ao falar de poder em Foucault para não cair numa interpretação ligada à ideia de poder como posse. O plano do poder é constituído não por formas (e por isso o poder jamais pode ser possuído) mas por relações de forças. Vale ressaltar, ainda, que esta é uma concepção nietzschiana, que liga o poder à vontade de potência, ao poder da força de afetar e ser afetado². O poder não é uma forma visível ou dizível a que se tem acesso. Não se tem poder, nem se pode disputar o poder, como costuma pensar o senso comum, justamente porque ele não se constitui como forma. Enquanto o *saber* é constituído pelas relações formadas sobre os estratos, o poder, por sua vez, é constituído pelas relações de força no nível do diagrama. Em outras palavras, pode-se afirmar que o saber, por um lado, é feito de enunciados e visibilidades, ou seja, de formas relativamente rígidas que compõem os estratos, enquanto o poder, por outro lado, é feito de relações de forças móveis e, por isso mesmo, ele é informe, não estratificado, diagramático.

As relações de poder não são conhecidas pois só se pode conhecer aquilo que está no domínio do saber. Dito isso, é certo que não se pode definir *o que é* o poder e nem mesmo *de onde ele vem*. A questão que talvez possa ser respondida é: *Como o poder se exerce?*

Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui. (FOUCAULT, 1982, p.75).

E completa: “O poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação [...]. Questão: Se o poder se exerce, o que é este exercício, em que consiste, qual é sua mecânica?.” (FOUCAULT, 1982, p.175). O exercício do poder aparece sempre como um afeto, como o poder da força de afetar outras forças (sua função) e o de ser afetada por outras forças (sua matéria).

Por não ter forma, o poder é sempre difuso, espalhando-se por toda parte. Ele está presente nos corpos, nas instituições, nos discursos, nos hábitos, nos

² Em *Nietzsche e a Filosofia* (1976), Deleuze desenvolve extensamente essa concepção de poder como relações de força.

Dobrar o sujeito: a despersonalização da subjetividade através do pensamento do fora

comportamentos, etc. As relações de forças que o caracterizam exercem seus poderes em todas as camadas da sociedade. É por isso que Foucault fala de uma microfísica do poder, já que este se constitui como pontos difusos que se encontram em todos os lugares. O poder não é uma forma visível da qual o Estado toma conta. O que Foucault faz é exatamente apagar “a ideia de que o Estado seria o órgão central e único de poder, ou de que a inegável rede de poderes das sociedades modernas seria uma extensão dos efeitos do Estado, um simples prolongamento ou uma simples difusão de seu modo de ação.” (MACHADO, 1982, p. 13). O poder não está localizado em determinado ponto da sociedade; “o poder é local porque nunca é global, mas ele não é local nem localizável porque é difuso.” (DELEUZE, 1991, p.36), afirma Deleuze. Ele funciona como uma rede da qual ninguém escapa. Na realidade, melhor seria afirmar que não há o poder, mas *relações* de poder que aparecem como práticas, como um exercício.

Entre o saber e o poder, como entre o ver e o falar, há diferença de natureza, mas há também uma relação, que é antes uma não relação. O poder é o elemento informal que atravessa as formas do saber. Há portanto, em Foucault, um complexo *Poder-Saber* que une os diagramas e os arquivos. As relações de forças virtuais dos diagramas são atualizadas, isto é, ganham forma nos arquivos de duas maneiras: no visível (expresso pelos quadros-descrições) e no dizível (expresso pelas curvas-enunciados). Toda relação de força é uma relação de poder, e toda força tem um duplo poder, que é o de ser afetada (receptividade) e o de afetar (espontaneidade). As relações de poder não têm forma e são relações diferenciadas que determinam singularidades (afetos). Além disso, colocam “em contato matérias não formadas (receptividade) e funções não formalizadas (espontaneidade).” (DELEUZE, 1991, p.95). Pode-se assim afirmar que o diagrama das forças é virtual, uma vez que é constituído de forças não visíveis e não dizíveis, e que ele se atualiza nas duas formas do saber. Essas forças sem forma do diagrama são forças num puro devir, forças difusas, indeterminadas, multipontuais, que podem se atualizar apenas na dimensão dos arquivos.

Dessa maneira, poder e saber estão interligados: “se o saber consiste em entrelaçar o visível e o enunciável, o poder é sua causa pressuposta, mas, inversamente, o poder implica o saber como a bifurcação, a diferenciação sem a qual ele não passaria a ato” (DELEUZE, 1991, p.48). O poder é o que faz ver e falar. Podemos então supor que há dois planos no complexo Poder-Saber: uma microfísica das forças e uma combinação variável do “ver” e do “dizer”. Em outras palavras, um diagrama suprassensível que se

formaliza num arquivo audiovisual. Cada formação histórica, cada estrato, remete, pois, a um diagrama de forças que é seu próprio *a priori* histórico.

O plano do poder é constituído, como foi visto, por relações de forças. No entanto, parece que Deleuze faz ainda uma separação dentro do poder entre os diagramas e a linha do fora³. As relações de força que compõem os diagramas vêm dessa linha. Se por um lado os diagramas são compostos por relações de forças móveis que se encontram num perpétuo devir, por outro, estão sempre presos no complexo Poder-Saber, enquanto que a linha do fora, por sua vez, se coloca à margem de tal complexo. Ela aparece em Foucault justamente como uma possibilidade de sair dos limites do saber e do poder. Em *Conversações*, Deleuze supõe que Foucault, em *A vontade de saber*, “se depara com a questão: não há nada ‘além’ do poder? Será que ele não está se fechando nas relações de poder como num impasse?” (DELEUZE, 1998, p.135). O fora é o reino do devir, uma tempestade de forças, o não estratificado, o informe, um “espaço anterior”, de singularidades, no qual as coisas não são ainda. Desse espaço anterior surgem os diagramas. Entretanto, é preciso ficar claro que, embora os diagramas saiam do fora, o fora não se confunde com nenhum diagrama, pois nele as singularidades são ainda demasiadamente selvagens.

Estamos presos a um duplo movimento: ao mesmo tempo em que penetramos de estrato em estrato, atravessamos as superfícies, os quadros e as curvas, também tentamos alcançar o lado de fora – essa substância não estratificada – que se localiza acima dos estratos. O lado de fora é um informe em que o pensamento trava a sua batalha:

É como uma zona de turbulência e de furacão, onde se agitam pontos singulares, e relações de força entre esses pontos. Os estratos apenas recolhiam, solidificavam a poeira visual e o eco sonoro de uma batalha que se travava por cima deles. (DELEUZE, 1991, p.129).

Na linha do lado de fora, as singularidades não têm forma e, ao contrário do que ocorre nos estratos, não são nem corpos visíveis, nem pessoas falantes.

³ De acordo com Roberto Machado, “o fato de afirmar às vezes uma identidade, às vezes uma diferença entre poder e de fora explica por que Deleuze às vezes encontra três eixos, às vezes quatro, no pensamento de Foucault” (1990, p.196). De fato, a princípio parecem ser três as dimensões que Deleuze vê em Foucault. No entanto, ao discutir o poder, ele apresenta os diagramas e o fora como duas dimensões distintas, embora implicadas uma com a outra, já que as forças do diagrama derivam do fora. Para Peter Pál Pelbart, Deleuze distingue três planos: “o do Saber, o do Poder e o do Fora – cuja articulação complexa constitui aquilo que nós chamamos de Subjetividade.” (1989, p.129). Para Pelbart, portanto, existem três planos e uma invaginação. O que significa que o fora e o poder são planos distintos, embora Deleuze trate dos dois num mesmo capítulo, intitulado “As estratégias ou o não estratificado: o pensamento do lado de fora (poder)”.

Occursus Revista de Filosofia

A realidade, ali, é virtual. Ao se atualizarem, as relações de forças informes se diferenciam, ganhando a forma das curvas que passam na vizinhança das singularidades (enunciados) e dos quadros que as repartem em figuras de luz (visibilidades). Mas ao mesmo tempo em que criam essas formas, que as solidificam, as singularidades também as coloca em questão. São, portanto, singularidades de resistência, capazes de transformar as relações já estabelecidas.

O lado de fora é, portanto, essa dimensão informe em que circula a pluralidade das forças. Ali, nada é determinado, pois nada tem forma. Tudo está ainda por acontecer num nível de pré-individualidade e de pré-pessoalidade; tudo é constituído somente de afetos e de singularidades. Vale ressaltar que as relações de forças do diagrama não se situam do lado de fora dos estratos, uma vez que *são* o seu lado de fora. Cabe aqui apontar a distinção que Deleuze faz entre exterioridade e fora, pois há que se ter cuidado para não misturar dois conceitos distintos. Eis suas palavras:

É preciso distinguir a exterioridade e o lado de fora. A exterioridade é ainda uma forma, como na *Arqueologia do saber*, e mesmo duas formas exteriores uma à outra, pois o saber é feito desses dois meios, luz e linguagem, ver e falar. Mas o lado de fora diz respeito à força: se a força está sempre em relação com outras forças, as forças remetem necessariamente a um lado de fora irreduzível, que não tem mais sequer formas, feito de distâncias indecomponíveis através das quais uma força age sobre outra ou recebe a ação de outra. (DELEUZE, 1991, p.93).

O saber é constituído, então, de duas formas exteriores – o visível e o enunciável – enquanto o poder é constituído por forças que operam no lado de fora. Devido a sua receptividade e a sua espontaneidade, as forças não se encontram nunca fixas, mas móveis, num devir permanente. Elas operam num espaço que não é o das formas, “precisamente onde a relação é uma ‘não relação’, o lugar um ‘não lugar’, a história um devir.” (DELEUZE, 1991, p.93). Enquanto ver e falar são as formas dos estratos e por isso as formas da exterioridade, pensar, ao contrário, se dirige a um lado de fora que é sempre informe. Pensar é chegar ao que não é estratificado. Foucault se encontra com Blanchot uma vez mais, afirma Deleuze, pois para ambos “pensar cabe ao lado de fora, na medida em que este, ‘tempestade abstrata’, mergulha no interstício entre ver e falar.” (DELEUZE, 1991, p.94).

Se pensar é algo que cabe ao domínio das forças, ao espaço do fora, é porque, ao contrário do que se costuma afirmar, pensar não é o exercício inato de uma faculdade, mas um exercício que deve acontecer ao pensamento. Está, portanto, relacionado ao encontro das forças: é preciso afetar e ser afetado para poder pensar. Além disso, pensar

Dobrar o sujeito: a despersonalização da subjetividade através do pensamento do fora

não se dá por uma interiorização do visível e do enunciável, mas “sob a intrusão de um lado de fora que aprofunda o intervalo, e força, desmembra o interior.” (DELEUZE, 1991, p.94).

No lado de fora, as forças se encontram em puro devir, em metamorfose constante. Aqui, nada começou. Por isso, pode-se dizer que o fora é sempre a abertura de um futuro. Lembrando a ideia de “livro por vir” de Blanchot, vemos como o seu pensamento, o de Foucault e o de Deleuze se conciliam em diversos momentos. A linguagem literária enquanto espaço do fora nada mais é do que essa realidade prestes a se realizar, mas que nunca se realiza de fato. A natureza do fora é a natureza das singularidades, em que as coisas ainda não são, pois aí se encontram em estado de puro devir. Nada se fixa, tudo é móvel, errante. É por isso que o fora constitui um real que, em vez de atual, se constitui virtualmente. A realidade ali está presente, mas não sob o domínio das formas, mas sim sob o domínio do indeterminado, do imprevisível, daquilo que Deleuze entende por *devir*.

Nos parece evidente, agora, que sejam realmente duas dimensões distintas aquela do diagrama e o da linha do fora, ou que o fora seja o avesso dos diagramas. Entretanto, nos parece também que ambos se localizam no plano do Poder, já que Deleuze afirma que “a última palavra do poder é que a resistência tem o primado, na medida em que as relações de poder se conservam por inteiro no diagrama, enquanto as resistências estão necessariamente numa relação direta com o lado de fora, de onde os diagramas vieram” (DELEUZE, 1991, p.96). Em “Genealogia e poder”, afirma Foucault:

Se o poder é em si próprio ativação e desdobramento de uma relação de força, em vez de analisá-lo em termos de cessão, contrato, alienação, ou em termos funcionais de reprodução das relações de produção, não deveríamos analisá-lo acima de tudo em termos de combate, de confronto e de guerra? (FOUCAULT, 1982, p.176).

Como não relação, como não lugar, o fora está sempre resistindo ao poder. Por ser um espaço de virtualidades, de devires permanentes, o fora termina por constituir uma não dimensão, um fora do poder que é sempre sua resistência. E se afirmamos antes que a resistência tem o primado é porque “um campo social mais resiste do que cria estratégias, e o pensamento do lado de fora é um pensamento de resistência.” (DELEUZE, 1991, p.96). A respeito da capacidade da força de resistir, afirma Roberto Machado:

É pela relação com o de fora que a força – considerada agora como força de resistência – é capaz de pôr em questão os poderes estabelecidos. Além disso, as forças de resistência são agora apresentadas como primeiras porque, anteriores ao poder, estão numa relação direta com o de fora, de onde saem os diagramas que só tem com ele uma relação indireta e mediatizada. Daí por que ‘o pensamento do de fora é um pensamento da resistência’. Ou um pensamento da vida, visto que vida é potência do de fora. (MACHADO, 1990, p.198).

Tentar definir e esclarecer o fora talvez seja uma tarefa que, além de árdua, não seria muito válida, pois se trata de uma noção difusa, indeterminada, como algo que se desvanece e que nunca se pode capturar. Essa noção é vaga, no sentido de ser errante, daquilo que vagueia, porém extremamente conceitual. De fato, o fora é um conceito, e um conceito fundamental para Deleuze, Foucault e Blanchot. Em *Conversações*, questionado sobre a linha do fora, Deleuze diz o seguinte:

É difícil falar disso. Não é uma linha abstrata, embora ela não forme nenhum contorno. Não está no pensamento mais do que nas coisas, mas está em toda parte onde o pensamento enfrenta algo como a loucura e a vida, algo como a morte. Miller dizia que ela se encontra em qualquer molécula, nas fibras nervosas, nos fios da teia de aranha. Pode ser a terrível linha baleeira da qual nos fala Melville em *Moby Dick*, que é capaz de nos levar ou nos estrangular quando ela se desenrola. Pode ser a linha da droga para Michaux, o ‘acelerado linear’, a correia do chicote de um charreteiro em fúria’. Pode ser a linha de um pintor, como as de Kandinsky, ou aquela que mata Van Gogh. Creio que cavalgamos tais linhas cada vez que pensamos com suficiente vertigem ou que vivemos com bastante força. Essas são as linhas que estão para além do saber (como elas seriam ‘conhecidas?’), e são nossas relações com essas linhas que estão para além das relações de poder (como diz Nietzsche, quem gostaria de chamar isso de ‘querer dominar?’). Você diz que elas já aparecem em toda a obra de Foucault? É verdade, é a linha do fora. (DELEUZE, 1998, p.136-137).

Relações de força, resistência, devires, singularidades, potência, entre outros, são termos que designam o fora e que afirmam nele um profundo vitalismo. “A força vinda do lado de fora – não é uma certa ideia da Vida, um certo vitalismo, em que culmina o pensamento de Foucault? A vida não seria essa capacidade da força de resistir?” (DELEUZE, 1991, p.99). A linha do fora é a vida em sua máxima potência, o borbulhar das forças e, por isso, é primordial, original. No entanto, “essa linha é mortal, violenta demais e demasiado rápida, arrastando-nos para uma atmosfera irrespirável” (DELEUZE, 1998, p.138).

Não seria possível, é certo, viver na linha do fora. Mas se essa linha é tão terrível, se chega a ser mortal para nós, como torná-la vivível, praticável, pensável, ou seja, como fazer dela uma arte de viver? É aqui que entra o último plano que Deleuze vê

Occursus Revista de Filosofia

em Foucault: a subjetivação, a dobra da linha do fora. Para fazer dela uma zona vivível, onde se possa respirar, onde se possa pensar. Para tanto, diz ele, é preciso dobrar a linha: “curvar a linha para conseguir viver sobre ela, com ela: questão de vida ou morte” (DELEUZE, 1998, p.138).

A Subjetivação

Até o momento, apresentamos três dimensões que Deleuze analisa em Foucault: a das relações formais sobre os estratos (saber); a das relações de força no nível do diagrama (poder) e a da relação com o fora (pensamento). Falta-nos contudo demonstrar uma última dimensão: a da subjetivação, o lado de dentro do lado de fora.

A questão para Foucault é como sair das malhas do poder. Em outras palavras, como resistir? “Como transpor a linha, como ultrapassar as próprias relações de força? Ou será que estamos condenados a um face a face com o Poder, seja detendo-o, seja submetendo-se a ele?” (DELEUZE, 1998, p.123). A intensidade da vida reside justamente no ponto em que ela se choca com o poder, e é na linha do fora que isso acontece, é aqui que as forças escapam das armadilhas do poder. Como esse fora é o fora do próprio poder, poder-se afirmar, com Deleuze, que o poder suscita uma vida que resiste ao poder. Ou seja: “a força do lado de fora não para de subverter, de derrubar os diagramas.” (DELEUZE, 1991, p.101).

No entanto, o fora constitui uma linha invivível. É preciso, pois, torná-la vivível, mas isso só será possível se se conseguir dobrar a linha, constituindo um dentro que nada mais é do que o dentro do próprio fora (a invaginação). O fora não é uma linha fixa, mas uma “matéria móvel, animada de movimentos peristálticos, de pregas e de dobras.” (DELEUZE, 1991, p.104) e, por isso, pode se curvar, constituindo um dentro onde se pode viver. Se a linha do fora é dobrada, é justamente para torná-la vivível, habitável, porém não se perde com isso a sua vitalidade. Ela é apenas dobrada, num dentro que não deixa de ser o próprio fora. Deleuze diz que

Por mais terrível que seja essa linha, é uma linha de vida que não se mede mais por relações de forças e que transporta o homem para além do terror. Pois, no local da fissura, a linha forma uma fivela, ‘centro do ciclone, lá onde é possível viver, ou mesmo onde está, por excelência, a Vida’ (...) A vida nas dobras (...) é tornar-se senhor de sua velocidade, relativamente senhor de suas moléculas e de suas singularidades, nessa zona de subjetivação: a embarcação como interior do exterior. (DELEUZE, 1991, p.130).

Dobrar o sujeito: a despersonalização da subjetividade através do pensamento do fora

Foucault submete a interioridade a uma crítica radical. No entanto, se o interior deve ser abominado por um pensamento que se quer ao lado da vida, nem por isso deixa de haver um lado de dentro, “que é mais profundo do que todo mundo interior, assim como o lado de fora é mais longínquo do que todo mundo exterior.” (DELEUZE, 1991, p.104). Por ser móvel, o lado de fora forma dobras e pregas que constituem o seu lado de dentro. Em outras palavras, o dentro *do* fora. Gilles Deleuze mostra como na obra de Foucault o duplo é uma inquietação constante. Entretanto, o duplo é entendido aqui como a dobra do lado de fora, e não como uma projeção do interior, ou seja, segundo Deleuze o duplo “não é um desdobramento do Um, é uma reduplicação do Outro. Não é uma reprodução do Mesmo, é uma repetição do Diferente. Não é a emanção de um EU, é a instauração da imanência de um sempre-outro ou de um Não eu.” (DELEUZE, 1991, p.105).

Em *As palavras e as coisas*, afirma Deleuze, Foucault procura mostrar como há sempre um lado de dentro do pensamento, que é justamente o que não pensa e não pode pensar. Desta forma, o impensado também faz parte do fora, pois está no centro do pensamento, é a sua dobra, o seu lado de dentro. Ao invocar o infinito, a Era Clássica assinalava o impensado; o mesmo fazia o século XIX, ao transformar, nas dobras do pensamento, as dimensões da finitude. “Ora é a dobra do infinito, ora a prega da finitude que dá uma curvatura ao lado de fora e constitui o lado de dentro.” (DELEUZE, 1991, p.104), diz Deleuze. O dentro não é senão a prega do fora, como se o navio fosse a dobra do mar. O que pertence ao lado de fora é a força e ela se caracteriza por sua relação com outras forças, por seu poder de afetar e de ser afetada. Quando o fora se dobra, constituindo suas pregas, o que ocorre é uma relação da força consigo mesma, um poder de se afetar, um afeto de si por si. Tudo se passa, então, como se

as relações do lado de fora se dobrassem, se curvassem para formar um forro e deixar surgir uma relação consigo, constituir um lado de dentro que se escava e desenvolve segundo uma dimensão própria. (DELEUZE, 1991, p.107).

Esse processo da força de se autoafetar é precisamente o que Foucault entende por subjetivação. Trata-se neste processo, segundo Deleuze, “de uma relação da força consigo (ao passo que o poder é a relação da força com outras forças), trata-se de uma ‘dobra’ da força. Trata-se da constituição de modos de existência” (DELEUZE, 1998, p.116). Subjetivar é construir pregas, é vergar a força, dobrar o lado de fora.

Ainda segundo Deleuze, são quatro as pregas responsáveis pela subjetivação: a primeira diz respeito a nossa parte material que vai ser cercada, presa na dobra. Para os gregos, o corpo e seus prazeres; para os cristãos, a carne e seu desejo. A segunda é a da relação de forças, pois é sempre segundo uma regra singular que a relação de forças se dobra para afetar a si mesma. A terceira é a do saber, ou a prega da verdade, por constituir uma ligação do que é verdadeiro com o nosso ser, e de nosso ser com a verdade, que servirá de condição formal para todo saber, para todo conhecimento. A quarta e última prega é a do próprio lado de fora, que constitui o que Blanchot chamava uma “interioridade de espera”. “É dela que o sujeito espera, de diversos modos, a imortalidade, ou a eternidade, a salvação, a liberdade, a morte, o desprendimento.” (DELEUZE, 1991, p.112).

Curvar a força – ou subjetivar – é fazer com que ela mesma se afete, em vez de afetar outras forças. Curvar a força é resistir, é ultrapassar o poder. Esse movimento de dobrar a força sem que ela deixe de ser força é buscada por Foucault nos gregos. Eles foram os primeiros a relacionar a força consigo mesma sem deixa-la perder sua propriedade de força, afinal, quem poderia pretender governar os outros se não governa a si próprio? Os gregos inventaram o sujeito; mas não como uma determinação universal, e sim como o produto de uma subjetivação, de uma prega.

É preciso deixar bem claro, principalmente para aqueles que dizem que Foucault primeiro matou o sujeito para depois ressuscitá-lo, que a palavra sujeito, aqui, não é usada como sinônimo de pessoa ou identidade. “É preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica.” (FOUCAULT, 1982, p.7). Quando ele fala de sujeito, está falando, na verdade, de um produto da subjetivação. E Deleuze concorda: “penso até que a subjetivação tem pouco a ver com um sujeito. Trata-se antes de [...] uma individuação operando por intensidades, campos individuados e não pessoas ou identidades.” (DELEUZE, 1998, p.116-117). Nada aqui tem caráter de unidade, interioridade, nem universalidade. Trata-se de um *processo* de subjetivação, ou de um Si, no sentido da relação da força consigo mesma. Exatamente porque não há um sujeito prévio, a subjetividade deve ser produzida. Vergar a força, como fizeram os gregos, é, portanto, constituir novos modos de existência, novas subjetividades.

A relação da força consigo mesma é o que cria a existência. Agora, não se trata mais de regras codificadas (relações entre formas) como no saber, nem de regras

Occursus Revista de Filosofia

coercitivas (relações entre forças) como no poder, mas de regras facultativas (relação a si) que produzem a existência como obra de arte. Existir é, portanto, resistir. Nesse sentido, a subjetivação é em Foucault uma questão ética por excelência. Dobrar a força é, na verdade, um gesto ao mesmo tempo ético e estético: constituir novos modos de existência e constituí-los como obras de arte. Foucault propõe assim uma nova ética:

Não a ética da transgressão, mas a ética do constante descompromisso com formas constituídas de experiência, de libertação pessoal para a invenção de novas formas de vida. (RAJCHMAN, 1985, p.36).

Vale ressaltar, por fim, a distinção fundamental entre ética e moral. Enquanto a moral diz respeito às regras coercitivas do poder e às regras codificadas do saber, a ética diz respeito às regras facultativas da subjetivação. A ética concerne às práticas de si, ao “conduzir-se”. Construir relações consigo que resistam aos códigos do saber e do poder. Criar novos estilos de vida, portanto, são princípios éticos. Além disso, a ética em Foucault não está separada da estética. Constituir *modos* de existência dobrando a força é fazer da linha do fora uma arte de viver. “Dobras e desdobras, é isto sobretudo o que Foucault descobre em seus últimos livros como sendo a operação própria de uma arte de viver (subjetivação).” (DELEUZE, 1998, p.138).

A dobra do lado de fora constitui o Si, a subjetivação e, por isso, é uma dobra ontológica. Podemos, então, afirmar serem três as ontologias foucaultianas: a ontologia do saber, a ontologia do poder e a ontologia do si. No entanto, é preciso considerar que essas ontologias não são universais, uma vez que estão restritas às condições de luminosidade e de enunciado de cada época. A cada uma das ontologias corresponde uma das questões seguintes: Que sei eu? Que posso eu? Quem sou eu? Ademais, é preciso ressaltar que se Foucault analisa diferentes épocas do pensamento ocidental, é, contudo, com o presente que ele está realmente preocupado. O que lhe interessa é responder às perguntas: Que podemos ver e enunciar *hoje*? Que poderes é preciso enfrentar e quais são nossas possibilidades de resistência *hoje*? Quais são nossos modos de existência, nossos processos de subjetivação *hoje*?

Referências bibliográficas

BLANCHOT, Maurice. *L'Entretien infini*. Paris: Éditions Gallimard, 1969.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. *Nietzsche e a Filosofia*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

Dobrar o sujeito: a despersonalização da subjetividade através do pensamento do fora

_____. *A imagem-tempo*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Isto não é um cachimbo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *O pensamento do exterior*. São Paulo: Princípio, 1990.

_____. *Estética: Literatura e pintura, música e cinema – Coleção Ditos e Escritos III*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. *A História da Loucura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

_____. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

MACHADO, Roberto. *Deleuze e a Filosofia*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

PELBART, Peter Pál. *Da clausura do fora ao fora da clausura: loucura e desrazão*. São Paulo: Brasiliense, 1989.